

## A CULTURA DO CACAU NA COSTA DO MARFIM

MILTON SANTOS

O Prof. MILTON SANTOS, sócio efetivo da A.G.B., diretor do Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais da Universidade da Bahia e professor de Geografia Humana na Faculdade Católica de Filosofia da Bahia, visitou, em 1958, as áreas produtoras de cacau do continente africano. O presente estudo é o resultado de suas pesquisas, levadas a efeito na atual República da Costa do Marfim, uma das parcelas da Comunidade Francesa.

As observações, que se seguem, foram colhidas no curso de uma viagem à Costa do Marfim, em julho de 1958 (\*). As plantações industriais desse país foram já objeto de alguns estudos de geógrafos, como J. TRICART, H. FRECHOU e outros. Conhecendo a zona cacauceira da Bahia, onde essa cultura se instalou em meio praticamente virgem, com a adaptação tanto da planta como de grupos humanos estranhos à região, tentamos aqui examinar, sobretudo, os problemas decorrentes da reorganização do espaço e do gênero de vida, com a irrupção das culturas industriais em país onde uma velha agricultura alimentar presidia a um antigo equilíbrio entre o homem e o meio natural. Outros problemas, paralelos, por isso mesmo são igualmente tratados.

Podemos dividir em pelo menos duas fases a história da entrada da Costa do Marfim no circuito da economia mundial.

Na primeira fase, seu comércio exterior, se assim o podemos intitular, cifrava-se à entrega de azeite de palma, permutado por

(\*) Várias instituições e pessoas tornaram possível a excursão que, em 1958, fizemos à África e mais especialmente à Costa do Marfim, a começar pelo *Ministère des Affaires Étrangères* da França, pela sua *Direction des Affaires Culturelles et Techniques* (*Service de la Coopération Bilatérale*), que tomou todas as disposições materiais indispensáveis ao nosso transporte até e no interior das regiões visitadas e organizou, junto ao *Ministère de la France d'Outre-Mer*, o programa de nossa estada no Senegal, no Sudão e na Costa do Marfim. Não poderíamos recusar uma palavra de agradecimento e gratidão a todos os funcionários que se ocuparam de nós nessa oportunidade, sobretudo Mme. Viaud, M. Duvernois e M. Chombard, a cujas atenções somos muito sensíveis. Também o *Instituto de Cacau da Bahia* nos outorgou um auxílio financeiro para a viagem. O presidente do *Instituto de Cacau e Café da França*, M. Costa, tomou a seu cargo a organização das viagens nas zonas de produção. O *Ministro da Agricultura da Costa do Marfim*, M. Anoma, foi igualmente incedível em atenções e gentilezas. Durante as viagens, pudemos contar com guias preciosos na pessoa dos senhores Larroque e outros.

Enfim, seria impossível enumerar todos os que, de uma ou de outra forma, se empenharam por facilitar nossa tarefa na Costa do Marfim, onde, em toda parte, encontramos uma boa acolhida.

fumo, bebidas, bugigangas; enfim, era uma espécie de troca. A palma era colhida próximo ao litoral, nas grandes plantações naturais: era verdadeiramente mais uma coleta que mesmo agricultura. Tal atividade não trouxe qualquer ofensa ao equilíbrio de longa data estabelecido entre os grupos humanos e o meio geográfico. Apesar do aumento da demanda do óleo, puderam os participantes dêsse gênero de vida conservar as práticas tradicionais.

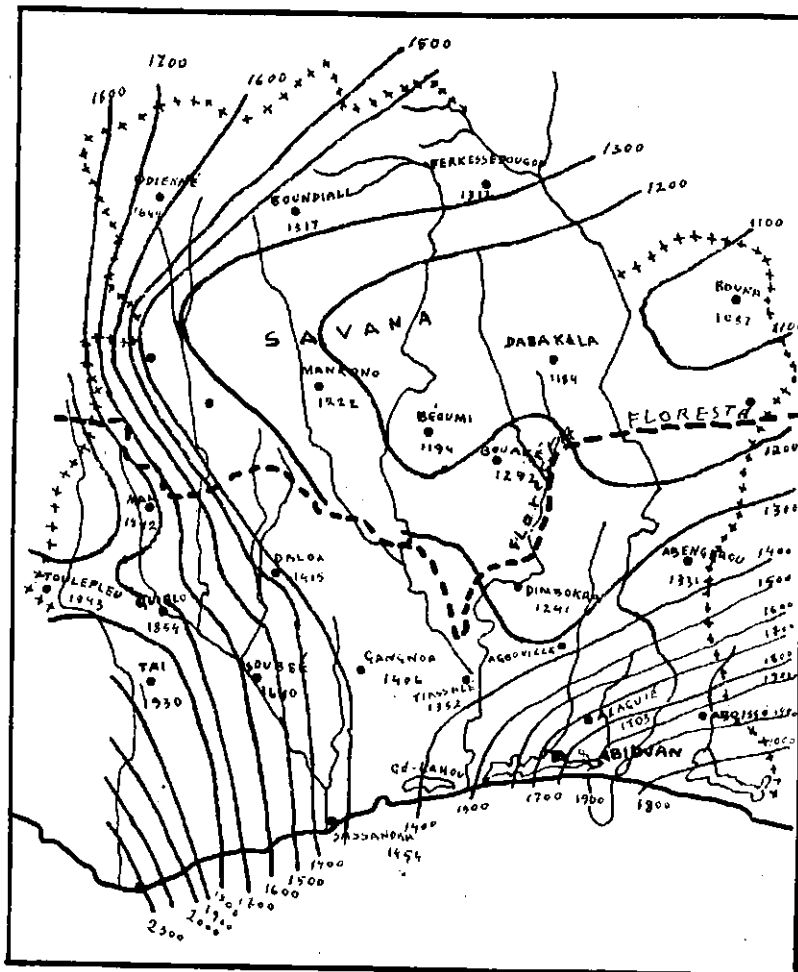
Não foi assim com o café e o cacau, introduzidos no século presente e que acarretaram uma verdadeira revolução agrícola, econômica e social nessa segunda fase da incorporação da Costa do Marfim à economia comercial. Tratou-se, na verdade, de uma superposição de novas atividades às atividades tradicionalmente feitas, praticando-se ambas, lado a lado.

De uma parte, conforme iremos vêr, inúmeras práticas e técnicas da agricultura tradicional se incorporaram às culturas comerciais. De outro lado estas operaram uma verdadeira revolução, que teve como consequência a rutura do velho equilíbrio, repercutindo sobre o meio físico, a economia, a sociedade e a moral.

As culturas alimentares continuaram servindo ao seu antigo papel, isto é, prover às necessidades primárias da população das aldeias. O resultado financeiro das culturas industriais vinha servir às novas necessidades criadas pelo uso do dinheiro e que, com ritmo mais ou menos vivo, se incorporaram aos hábitos dos africanos. Exatamente, o dinheiro e a economia respectiva aparecem como responsáveis pelas graves mudanças ocorridas no contexto da sociedade africana da Costa do Marfim, no último meio século.

A Costa do Marfim, um dos territórios autônomos da Federação da África Ocidental Francesa, estende-se por cerca de 330 000 quilômetros quadrados, onde habitam 3 milhões e meio de pessoas. Podemos dividi-la "grosso modo" em duas zonas fitoclimáticas: a floresta, ao sul, e a savana, de clima tipo sudanês, ao norte. O limite aproximado entre as duas é a isoieta de 1 300 mm., que forma um ângulo bem pronunciado, que avança pelas terras de floresta, formando o chamado "V baoulé". Isso faz com que as terras florestais tenham profundidade menor no centro do território.

Foi nessas terras de mata, de população muito mais rala que a outra parte da Costa do Marfim (um sexto da população, em metade da superfície), que as culturas comerciais encontraram o "habitat" propício à sua implantação e expansão. Quanto ao cacau, as condições locais se apresentaram favoráveis, não apenas tendo em vista a quantidade de chuvas que caem anualmente, como a sua distribuição. Ora, o cacau é muito mais sensível às condições atmosféricas que mesmo às de solo. Estas também foram levadas em conta, espalhando-se os cacauais sobretudo nas terras granito-gnáissi-



*As chuvas na Costa do Marfim*

Mapa da distribuição das chuvas na Costa do Marfim, em que a isoieta de 1300 mm serve de limite aproximado entre as áreas de florestas, ao sul, e as de savanas, ao norte.

cas e nos terrenos gnáissico-granitóides, bem como nos bolsões de rochas eruptivas, localizados no interior das zonas de rochas metamórficas, conforme observamos na região de Divo. Nessa área, a zona de xistos, situada mais ao norte, serve como uma espécie de limite polar do cacau.

Não se dirá, entretanto, que as condições naturais exigidas pelo cacauzeiro tenham sido sempre respeitadas. Assim, vemos cacauais, embora de produtividade mínima, plantados em terrenos arenosos próximos ao litoral ou nos limites da savana. Tal desobediência em relação às condições do meio não é, aliás, um defeito exclusivo à Costa do Marfim, mas comum a muitas outras regiões do mundo onde se pratica uma agricultura comercial.

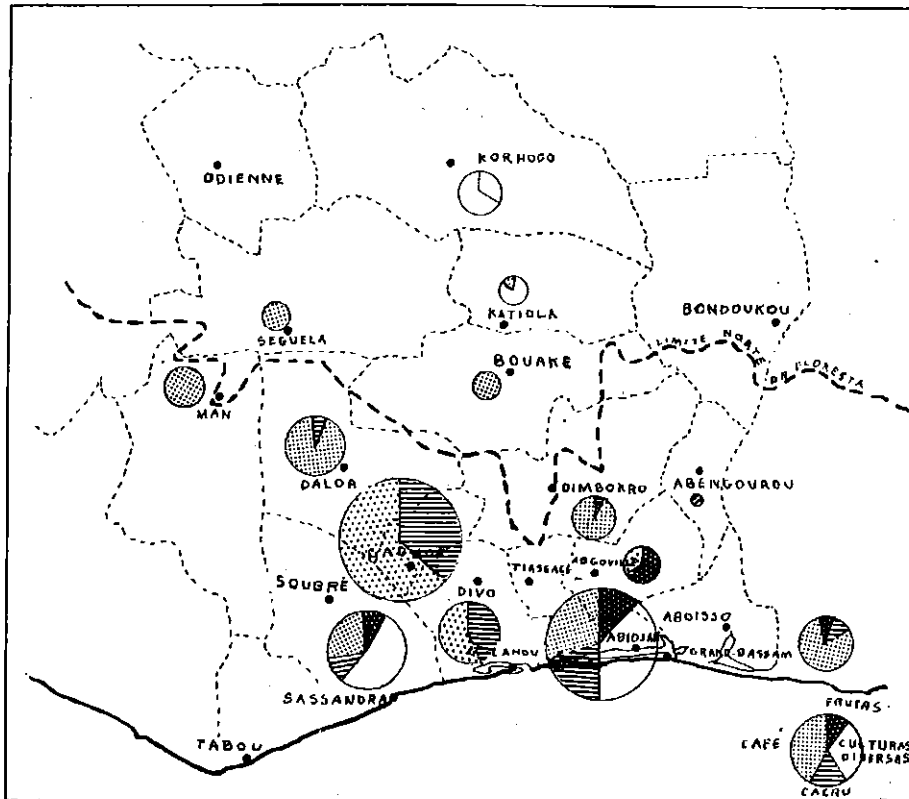
## I — OS FATOS

### 1 — A CULTURA

**A sua introdução e progresso.** — O cacau foi introduzido na Costa do Marfim ainda no século passado, quando os FANTIS o plantaram na região de Aboisso, próximo à bacia lagunar. Era uma repercussão das plantações já existentes em Ghana. Em 1895, já se conhecia uma pequena plantação em M. Bato, perto de Bingerville, sobre a Laguna Potou. A expansão deu-se, depois, lentamente, conquistando áreas para oeste, até Dabou, Grabo e Tiassalé.

Em 1908, com a chegada do Governador Angoulvant, começou-se a pensar mais seriamente em estender a cultura do cacau, que, de um modo geral, encontrava sérias resistências entre os africanos. Foi em 1912 que esse funcionário francês escolheu a região de Indenié para concentrar seus esforços e estabeleceu o chamado “método das obrigações”. Esse processo, como o nome está a indicar, consistia em obrigar os africanos a abrirem roças de cacau, sob pena de castigos. Conta-se, a propósito, uma multiplicidade de fatos que bem mostram a má receptividade aos designios oficiais. Recebidas as sementes, os pretos plantavam de má vontade os cacauzeiros, só para satisfazerem aos prepostos do governador, mas mandavam as mulheres, durante a noite, jogarem água fervendo, a fim de impedir que germinassem. Dêsse modo-imaginavam-não desobedeciam às ordens governamentais, ficavam livres de castigos e, ao mesmo tempo, matavam as plantas no nascedouro...

Durante a primeira Grande-Guerra, o ritmo das plantações diminuiu, por falta de quadros. Iria ser retomado em 1919, quando o cacau foi introduzido também na região de Abidji. A abertura de estradas, como a que se fez entre Tabou e Tiessalé, em 1922, con-



*Culturas européias na Costa do Marfim*

Repartição percentual das culturas européias, segundo as unidades administrativas ("Cercles"): o café destaca-se em tôdas, superando o cacau (Cf. H. FRECHOU, *Les Plantations Européennes en Côte d'Ivoire*).

tribuiu para maior animação aos produtores, de modo que, em 1925, já se registrava uma exportação de 6000 toneladas.

A alta de preços registrada no período 1926-29 contribuiu para a sustentação dos esforços, no sentido de estender mais e mais as áreas plantadas. A esse tempo, havia já dois tipos de plantação: as coletivas, pertencentes às aldeias, e as individuais.

É somente em 1930 que se começa a plantar café na Costa do Marfim, com as primeiras plantações em Dimbokro.

Em 1934, é inteiramente abandonado o sistema coletivo de plantação, multiplicando-se as roças isoladas. Hoje, os 285 milhões de árvores, espalhadas sobre quase 200 mil hectares, correspondem a cerca de 50 mil plantações, (o que não deixa de ter sérias repercussões sobre a organização e estrutura da lavoura, como veremos depois).

Se a cultura cacauera continuasse a progredir com o mesmo ritmo dos 20 anos seguintes à iniciativa do governador Angoulvant, a área plantada e a produção seriam muito maiores. Por isso, é importante estudar os fatores de retardo, entre os quais a competição que lhe faz a cafeicultura. Como a produção de cacau da Costa do Marfim ultrapassava, desde 1930, as necessidades de consumo da metrópole, esta preferiu incentivar pelos meios ao seu alcance a cafeicultura, quer pela instituição de prêmios aos plantadores, quer com a adoção de medidas fiscais e aduaneiras.

Esse conjunto de medidas trouxe desânimo à cacauicultura, especialmente levando em vista que o cafeeiro produz em tempo consideravelmente mais curto que o cacauero. Os prêmios, depois instituídos para amparar os plantadores de cacau, parece não terem podido modificar substancialmente a situação, não obstante a posterior supressão dos que eram oferecidos ao café.

Esse conjunto de fatores, associados à má comercialização do produto, vem contribuindo para uma relativa decadência da cacauicultura eburneana, o envelhecimento das árvores, uma competição pelo café, favorável a este último, e as graves consequências que derivam de todos esses fatos.

**É uma cultura quase inteiramente africana.** — A quase totalidade dos cacauicultores se constitui de africanos. Os europeus são, hoje, principalmente interessados na cultura da banana, colhendo a quase totalidade do que é exportado. Pelo contrário, sua parte relativa nas culturas de cacau e de café cada vez mais diminui. Fazem 7% do total da produção cafeeira e 5% sobre a do cacau. O *Círculo* (1) mais importante para as plantações européias é o de Gagnoa, onde sua produção de café e cacau atinge a um terço

(1) O *Círculo* "grosso-modo" corresponde ao Estado, na organização política brasileira, seguindo-se-lhe na hierarquia administrativa, a *sub-divisão* e o *cantão*.

do total. É, também, importante ao norte de Grand-Lahou, onde, na região de Divo, vemos, margeando as estradas, numerosas grandes plantações de café e cacau, estabelecidas por europeus. Estas, porém, bem como as de Daloa, onde a colonização européia perde vitalidade, passam cada vez mais às mãos de agricultores africanos, quando não são abandonadas.

O desinteresse dos europeus por essas culturas industriais deve-se a uma série de causas interligadas. A oscilação dos preços no mercado internacional é uma dessas causas. A princípio, um sistema de ajuda, organizado pelo governo, cobria a diferença entre o preço de custo e o preço de exportação. De início, havia os prêmios preferenciais aos europeus. Foram, depois, substituídos por prêmios aos agricultores com mais de 25 ha, o que equivalia à mesma coisa, pois eram e são raríssimas as plantações africanas desse tamanho. A supressão desta última modalidade de ajuda preferencial colocou os europeus sem defesa ante a melhor capacidade dos africanos para se adaptarem nas épocas de crise, pois as culturas comerciais para eles são apenas um meio de fazer dinheiro. Por outro lado, a partir de 1937, a mão de obra começa a rarear; em 1939, o estado de guerra conduz à mobilização e à partida de numerosos plantadores e, em 1946, com a abolição do trabalho forçado, houve deserção maciça da mão de obra, que passa a preferir trabalhar com os plantadores africanos.

Dêstes, porém, os possuidores de grandes áreas plantadas não chegam a constituir número considerável. O grosso da produção provém das plantações familiares.

De modo geral, são de pequena extensão as plantações familiares de cacau. 79% têm superfície entre 2 e 10 hectares, 19,5% são ainda menores que 2 ha e apenas 1,5% são de extensão superior a 10 hectares.

Nas regiões de leste, encontram-se plantações maiores, o que se deve, em parte, à organização social. A existência de pequenos reinos e de uma rígida disciplina familiar favoreceu os príncipes e pais de família com uma concentração de recursos, pois todos os membros da família trabalham para eles. Na área de Abengourou, por exemplo, as plantações maiores de 10 ha são cerca de 5% do total. Numa determinada zona mais restrita, o cantão de Niabley, essa percentagem se calcula entre 12 e 14%.

Na parte ocidental, as estatísticas têm significação diferente. É ali, sobretudo na sub-divisão de Divo, conforme já vimos, que se instalaram algumas plantações européias, as quais passaram, hoje, em quase totalidade, para as mãos de africanos enriquecidos. É o que explica, nessa área, a alta percentagem de 18% de plantações

com mais de 10 hectares ou os 13% na sub-divisão de Grand Lahou, em contraste com as médias territoriais acima mencionadas.

**As práticas culturais.** — Foi sôbre as plantações africanas (que, aliás, constituem o fato mais geral) que se centralizou o nosso interêsse.

A cultura se faz de modo muito rudimentar, sujeita, como veremos, às mesmas condições de atraso técnico das culturas alimentares. Entre os AGNI, por exemplo, bem como entre os ASHANTI, seus vizinhos, o inhame é a base de alimentação, fato, aliás, comum a toda região oriental da Costa do Marfim. Toda a vida agrícola gira, pois, em tórno do inhame.

Os trabalhos agrícolas começam pelo desmatamento, seguido da queima das árvores. Depois, preparam o terreno para receber o inhame, que plantam após as primeiras chuvas. Esse plantio é sempre associado, conforme se segue:

- 1.º ano: inhame, taro, banana e cacau ou café
- 2.º ano: taro, banana ou milho e cacau ou café
- 3.º ano: taro, banana e cacau ou café

A exploração média Agni conta, em média, com 10,2 hectares, dos quais 5,3 são de culturas industriais em produção e 4,9 de culturas alimentares associadas a culturas comerciais jôvens, dos últimos 3 anos. Isso mostra o ritmo em que se faz o desmatamento e em que cresce a área das culturas comerciais. Na zona de M'Bahiakro, o desmatamento médio é de 2 a 4 hectares por ano. Ora, levando em conta as disponibilidades de mão de obra, familiar ou não, isso explica porque 2/3 das jôvens plantações são inteiramente descuidadas, ou quase abandonadas, depois da colheita das culturas de subsistência. Entretanto, mesmo depois do quarto ano, quando o crescimento do cacauzeiro, ou do cafeeiro, torna difícil ou quase impossível a convivência com outras plantas, o inhame continua no solo, sendo colhido quando há necessidade. Mas, em resumo, após 5 anos de desmatamento, provocando extensões continuamente aumentadas, torna-se impossível entreter as plantações comerciais.

Aliás, os velhos hábitos agrícolas trazem outro prejuízo à extensão da cultura do cacau na Costa do Marfim. O costume de queimar a terra, para plantar o inhame, tem como consequência incapacitá-las para uma boa cultura de cacau, pois há a extinção do "humus". Um exemplo tomado em M'Bahiakro é bem ilustrativo. Dos 180 terrenos preparados, segundo os conselhos dos agrônomos e que deveriam receber plantações de cacau; apenas 26 puderam ser aproveitados, isto é, 13 ha. sôbre um total de 150.



Além dessa mistura com plantas alimentares, cujas consequências já vimos, as culturas cacauzeiras se fazem sem escolha de boas sementes, sem alinhamento e praticamente sem sombreamento. O lavrador não dispensa quase cuidado algum à planta.

Por outro lado, as roças se encontram, via de regra, muito distanciadas umas das outras. Há casos de plantadores que têm sua plantação a 14 quilômetros de distância da aldeia onde reside. É possível que esse fato sirva como uma das explicações do grande número de bicicletas que encontramos em plena zona rural.

Em Dimbokro, por exemplo, disseram-nos que a razão desse distanciamento era a seguinte: cada membro do "village" passa a ser proprietário de uma faixa de terra, que vai desde o lugar em que abriu uma roça até o "village" mesmo. Assim, o melhor é ir plantar quanto mais longe possível e preservar para o futuro toda a língua de terras assim adquirida. Mas, em M'Bahiakro, a explicação para o mesmo fenômeno é já diferente: começam a fazer plantações bem distante da aglomeração, nos limites das terras que pertencem à aldeia, para evitar que a aldeia vizinha se apodere dos terrenos. Outrora, quando os africanos não se ocupavam de outra cultura que a alimentar e não haviam ingressado no círculo da economia monetária, as culturas se faziam às portas mesmo dos "villages" e, como a produção era comunitária não havia competição entre os indivíduos. Por outro lado, uma pequena área de terra bastava para a manutenção de cada grupo.

Ao lado dessas explicações puramente econômicas, há outras de ordem social. Para os Agni, o trabalho é degradante: ninguém deve ser visto a trabalhar. Ora, como não é fácil obter mão de obra para a lavoura e de toda forma é cara, preferem esconder no meio da mata as plantações. Sejam quais forem as causas, o resultado é a dispersão enorme das lavouras de cacau na Costa do Marfim.

As práticas culturais herdadas da agricultura tradicional, em que, aliás sãbiamente, o solo era deixado a si mesmo para recuperar-se, entranharam-se fortemente no espírito dos africanos. A certeza de uma incompatibilidade entre floresta e cultura, que séculos de agricultura alimentar lhes trouxeram, evita ao cacauzeiro o sombreamento, que é fator de regeneração e recuperação do solo, respectivamente pela ação das raízes sobre as rochas e pela queda das folhas que formam um "mulch" protetor. Por outro lado, não são praticamente usados adubos, que os africanos temem, como elemento novo nas suas relações com a terra e que não saberiam utilizar convenientemente, mesmo que pudessem adquiri-los.

Em M'Bahiakro (40 mil hectares de cultura), apenas 4 agricultores aceitaram, em 1955, os conselhos dos agrônomos. Um contava com 31 ha plantados, mas dos outros três nenhum tinha

mais que 5 ha. Sòmente 14 plantadores foram beneficiados do tratamento contra as pragas, em 1956, representando 34 plantações e um total de 35,31 ha. 3 plantadores apenas se decidiram ao uso de adubos.

A política dos prêmios (8 000 francos africanos após o 1.º ano e 7 000 após o 4.º, para cada hectare plantado com cacau, segundo certos requisitos), que representa um esforço não só para aumentar a área cacauzeira, como para melhorar a produção, nem sempre tem atingido o resultado desejado. Não é raro que o africano faça sua plantação com o objetivo de adquirir dinheiro líquido ao fim do 1.º ano e logo depois a abandone, sem o menor cuidado. Em seguida, passa adiante e faz uma outra plantação pela qual recebe novo prêmio. É o sistema que um agrônomo do Serviço da Agricultura apelidou de "rolamento de prêmios" e tem como consequência uma extensão inconsiderada da área de produção.

A estatística dos prêmios concedidos às novas plantações, se por um lado revela que o interêsse despertado não foi muito notável, por outro lado mostra as condições culturais precárias em que é feita a cacauicultura.

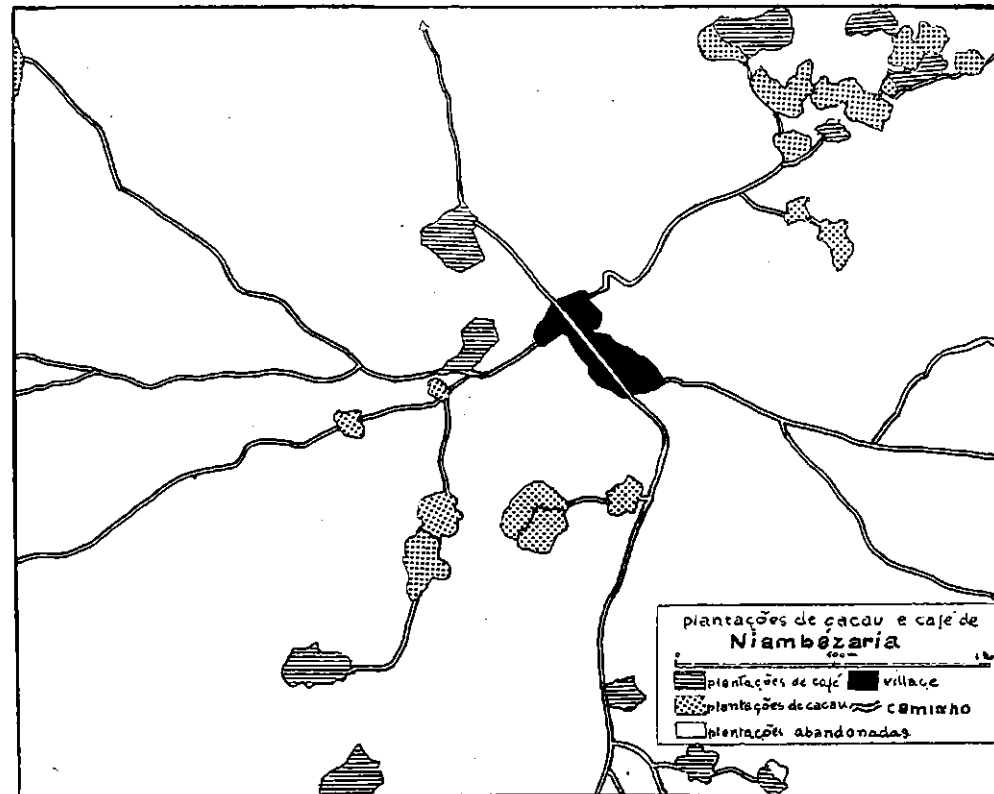
No setor agrícola sediado em Dimbokro, por exemplo, de 2 382 prêmios solicitados, apenas 1 358 foram concedidos, num total de 3 710,80 ha, em 1957. Quanto aos prêmios de 4.º ano, tendo sido solicitados 411, foram outorgados sòmente 269, representando uma área de 657,40 ha.

Na região de Abengourou, apenas 154 plantadores com 1 032,76 ha. foram beneficiados em 1956, com um total de 7 229 320 CFA. Em 1957, eram 173 plantadores os beneficiários dos prêmios de 1.º ano, representando 1 144,26 ha e 54, representando 199,18 Ha, beneficiavam-se dos prêmios de 4.º ano. Para o ano de 1958, as previsões são as seguintes: 267 730 árvores alinhadas e em condições de receber prêmios de 4.º ano; 1 502 000 (1 500ha) não alinhados e sem condições de serem premiadas e ainda 150 800 (150 ha) a verificar.

Assim, e como regra geral, o número de prêmios de 1.º ano, embora insignificante em relação ao território considerado, é sempre muito mais expressivo que o dos de 4.º ano. Isso em certos casos significa um maior incentivo à extensão da cultura nestes últimos anos, revela, sobretudo, o descuido em que caem as roças, depois de recebida a primeira prestação.

É o que se documenta com os dados recolhidos em M'Bahiakro, onde cerca de 90% das plantações, obtendo prêmio de 1.º ano, não puderam obtê-lo no 4.º.

Como as exigências de alinhamento e distanciamento dos pés de cacau para pagamento dos prêmios não têm dado resultados senão



*Cacau e café na Niamezaria*

Pelo presente mapa é possível verificar que as culturas de café e cacau se acham bem afastadas da aldeia e, quase sempre, também distanciadas umas das outras, a não ser em uma área restrita em que se apresentam agrupadas. (Cf. A. Köbben, *Le Planteur Noir*).

parciais, o Ministério da Agricultura decidiu, em julho de 1958, estabelecer que tais prêmios somente serão pagos se as árvores estiverem não só bem alinhadas, como convenientemente sombreadas.

A preparação das favas é feita também sob os processos mais rudimentares. Em vez de cochos de fermentação, fazem-se quadradinhos com troncos de bananeiras, forrados com folhas de banana, onde o cacau é colocado por alguns dias. Em vez de barcaças, secadores de palha ou bambú, sobre giráus, sem qualquer cobertura. O resultado é a alta percentagem de amêndoas defeituosas e a precariedade da conservação, pois as más condições de depósito facilitam ainda mais o ataque pelo mofó.

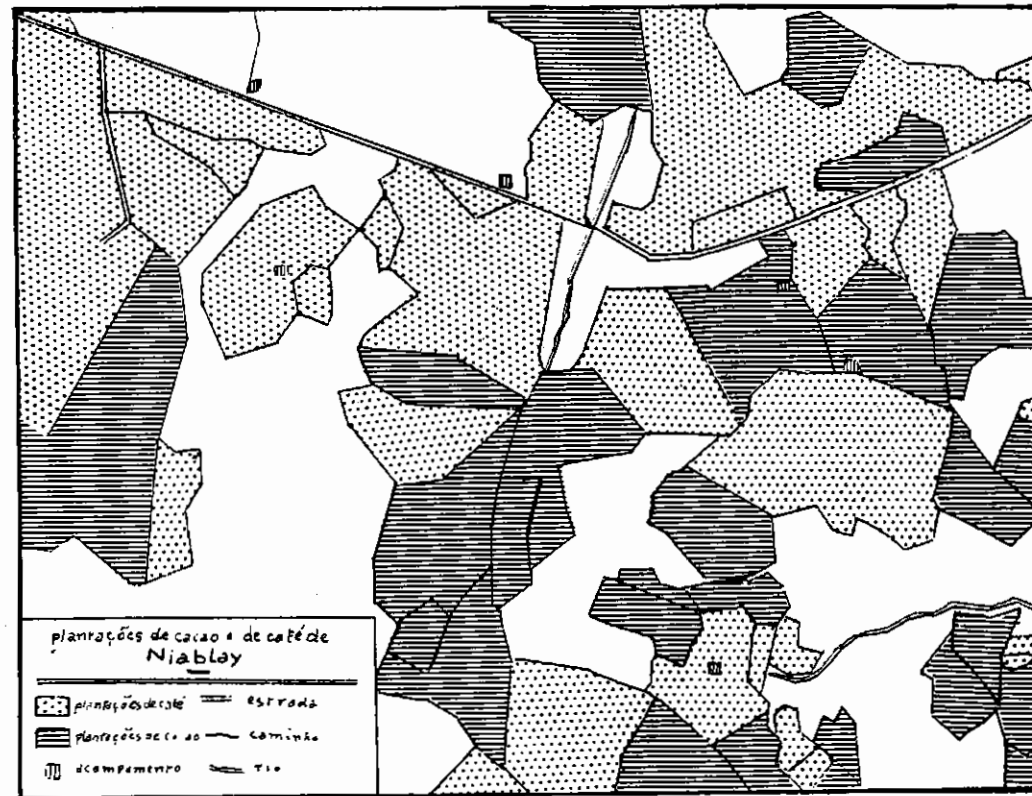
## 2 — A COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização do cacau, como a do café, faz-se segundo um sistema hierarquizado de intermediários, colocados entre o produtor e o exportador.

No ápice da hierarquia está o exportador de Abidjan, mas que apenas raramente tem contato direto com o produtor. Beneficiando-se dos adiantamentos de dinheiro que lhe fazem os bancos, para cada campanha agrícola, podem, por sua vez, financiar sejam o intermediário, chamado ali de "traitant", isto é, o homem que faz a "traite", o comércio, sejam as "factoreries", isto é, as filiais espalhadas pelo interior da zona de produção.

Algumas casas de comércio pertencem a uma organização mais ampla, sediada na Metrópole e com ramificações pelos diversos territórios de além-mar, como a F.A.O., a S.C.O.A., a C.I.C.A., a "Africaine Française" e outras. Mas suas filiais territoriais gozam de autonomia interna, assemelhando-se, assim, às organizações comerciais de âmbito puramente territorial, como é o caso de Masièye et Ferras, Abile Gal, Soucail e outras, agindo na Costa do Marfim. Algumas casas de comércio têm um raio de ação puramente local, agindo sobre terminada área, mas são menos frequentes e operam sobre uma tonelagem mais reduzida. Estas, salvo no que refere à sua autonomia administrativa, se equiparam às agências, "factoreries", abertas pelas casas de comércio de Paris ou Abidjan nas praças de comércio mais importantes. Em seguida, descendo na hierarquia, temos os "postos", confiados geralmente a agentes africanos, incumbidos de distribuir produtos de importação e recolher, seja diretamente, seja por intermédio dos "traitants", a produção de cacau das redondezas. Esses postos não dispõem de qualquer poder de iniciativa.

As grandes casas de comércio geralmente dobram sua atividade exportadora da atividade da importação de produtos manufaturados,



*Cacau e café em Niablay*

Contrastando com o mapa da figura anterior, nota-se nesta área de Niablay uma diferente disposição das plantações de café e cacau (Cf. A. Köbben, *Le Planteur Noir*).

de modo a obterem um lucro duplo em suas operações de comércio, girando com um mesmo capital. O negócio de venda de caminhões, a que se entregam muitas delas, tem sua explicação na própria natureza das coisas. E, por sua vez, explica muitas outras: de um lado, a venda de um caminhão a um levantino ou a um Dioula, mediante o pagamento de uma entrada, o prende de certo modo à casa de comércio vendedora, pois se acontece êle fugir com o dinheiro que recebeu para a "traite", o caminhão serve como penhor. Por outro lado, o interesse natural que as casas põem na venda desses veículos, bem como as naturais oscilações de preços internacionais desempenhavam, até bem pouco tempo, o papel de incentivadores do uso das estradas de rodagem, outro traço predominante no transporte do cacau eburneano.

As grandes casas de comércio põem-se em relação com o produtor, seja através desse sistema, que é tão mais hierarquizado quanto mais importante elas sejam, seja através de um mecanismo mais simples, quando as compras locais são feitas por intermédio de "courtiers" ou de comerciantes independentes que, entretanto, se valem da colaboração de "traitants". Esse sistema parece ter tendência a se fortalecer, em vista de as grandes sociedades comerciais estarem preferindo limitar os financiamentos dos intermediários e concentrar sua atividade sobre as operações de exportação e importação, que oferecem menos riscos.

Há também o caso dos negociantes independentes, médios, que exportam diretamente sobre os mercados de compra.

A rigor, podemos admitir a existência de três períodos mais ou menos bem marcados, no que refere à comercialização na Costa do Marfim. Antes da guerra, o governo estabeleceu a princípio um controle rigoroso do ponto de vista da qualidade da produção, reunindo a colheita de certas zonas em um determinado local, onde seu condicionamento sofria fiscalização severa: eram os chamados "pontos de comércio". Isso permitia obter uma alta percentagem de produto superior. O sistema tinha o inconveniente de obrigar a grandes caminhadas com transporte do cacau nas costas, quando o produtor queria êle mesmo trazer seu produto aos pontos de comércio. Nesses pontos de comércio, as firmas comerciais instalavam suas filiais, "factoreries", de onde era, então, encaminhado ao pôrto. Tal sistema não excluiu a presença de outros comerciantes, geralmente possuidores de caminhão, Sírio-Libanêses ou Dioulas, que interferiam no circuito, colocando-se como intermediários das grandes casas comerciais junto aos africanos e beneficiando-se êles próprios desse fato. Todavia, a procura de um produto melhor beneficiava indiretamente o produtor, a quem era atribuído um preço mais vantajoso.

A abolição dos pontos de comércio, que se deu mais tarde, a guerra, que desorganizou o mercado, desestimularam as grandes casas de comércio, que fecharam numerosas filiais na "brousse". Isso permitiu aos "traitants" uma desenvoltura maior em seu papel de intermediário, facilitada pelas menores exigências de qualidade decorrente. A guerra, aliás, marcou um período de retrocesso nitido da agricultura cacaueteira eburneana, tanto em quantidade, como na qualidade; findo o conflito mundial, porém, as casas exportadoras não quiseram reabrir as filiais que haviam fechado. Os intermediários continuaram a desempenhar o mesmo papel e o faziam cada vez em percentagem maior.

Mais recentemente, organizaram-se as Caixas de Estabilização do preço, que fixam em Abidjan um preço mínimo por campanha agrícola, para o café e o cacau, estabelecendo preços regionais que são comunicados por antecipação, por intermédio dos representantes do governo nos Círculos e nas Sub-Divisões. Anteriormente, a posse de aparelhos receptores de rádio permitia ao agricultor a possibilidade de se defender desses intermediários, pois conheciam já de antemão os cursos correntes. Isso despertou o interesse dos africanos pela compra de tais aparelhos. O sistema atual, com a fixação de preços distribuídos no interior pela própria administração, age também como meio de defesa dos lavradores, mas não impede aos intermediários o uso das fórmulas engenhosas com que, de longa data, aumentaram seu lucro.

Uma dessas fórmulas é a utilização de balanças defeituosas, o que permite a certos Sirio-Libanêses pagar até mesmo um preço superior ao estabelecido oficialmente... No ano de 1955, para 2 627 balanças aceitas houve 297 recusadas pelo serviço competente. Quanto aos pêsos, a proporção de recusas foi ainda mais expressiva: 680 para 4 763 aceitos.

Parece, entretanto, que tal verificação não atingiu à totalidade dos comerciantes inscritos, pois o governador Lami, em seu relatório referente a 1956 perante a Assembléia Territorial, queixa-se de que "de uma maneira geral, os comerciantes têm respondido bastante mal aos avisos largamente difundidos pedindo-lhes para reunir, nos centros de controle e em uma data determinada, os instrumentos de medida." E acrescenta: "por esta primeira vez, o serviço se mostrou tolerante e se contentou em dirigir apêlos à ordem. Foi necessário fazer verificações a domicílio". E conclui: "uma repressão severa será organizada". Por aí se vê, muito claramente, que aqueles números não são de nenhuma forma bem representativos da realidade...

Contra o roubo no péso, o africano exerce sua contrapartida, quer molhando as amêndoas de cacau, quer ajuntando pedrinhas e poeira.

Mas o intermediário tem outros meios de acrescentar o seu lucro. Por exemplo, pode receber o dinheiro adiantado de uma grande casa de comércio e comprar uma partida no interior, voltar à cidade e não entregar à firma que o financiou, mas a uma outra. O lucro assim obtido permite-lhe uma certa margem de negócios por conta própria. Ele pode repetir a operação varias vezes, multiplicando seus lucros, e só no fim entregar a partida combinada à casa comercial a que esteve originariamente ligado. Um outro meio é o de adquirir objetos (fazendas, bugigangas, etc.) carregar um caminhão com tais mercadorias e ir trocá-las por cacau nas zonas de produção mais distantes. Dêsse modo, o lucro é duplamente obtido, pois a venda das mercadorias que conduz se faz a preços que não estão sob contróle do govêrno... Há ainda o caso dos "traitants", que após receberem adiantamentos, resolvem dar o fóra.

Vários círcuitos comerciais são possíveis. O mais frequente é o seguinte: produtor — comprador Sírio-libanês ou Dioula — casa exportadora. Os outros círcuitos viáveis incluem um maior número de intermediários, pois a mercadoria passa por várias mãos até chegar ao exportador, isto é, o produtor a entrega ao comprador, êste ao "traitant", depois ao agente local das grandes casas comerciais, que finalmente enviam para o pôrto. Um outro círcuito, mais simples, é o que se faz com a compra direta por comerciante de Abidjan, geralmente dono de caminhão, que transporta êle próprio o produto. O sistema de corretagem, que prevê entregas maciças com uma percentagem de lucro fixada sôbre o montante, assemelha-se a êste último.

A importância dêsse mecanismo de intermediários é grande. Basta dizer que 3/4 da produção se vende sob êsse sistema, cuja persistência, apesar das boas estradas, com que conta a Costa do Marfim, deve-se ao relativo distanciamento de boa parte das roças e à pequena produção média dos plantadores. Isso favorece os intermediários empreendedores que aparecem na época da safra, da "traite", e batem de porta em porta, de "village" em "village", para adquirir cacau e café.

Ao lado dêsses intermediários itinerantes, que aparecem sòmente quando é a safra, os comerciantes estabelecidos também participam da "traite". Não admira, pois, que na zonas florestais produtoras de cacau e café, que contam com apenas metade da população do território, exista 5/6 do número de comerciantes registrados.



Torna-se desnecessário acrescentar que tanto maior o número de intermediários, tanto menor a margem de lucro para o produtor. Mesmo o atual sistema veio em refôrço dessa verdade.

As Caixas de Estabilização fixam um preço mínimo anual, para Abidjan e para as diferentes áreas produtoras. Se os preços internacionais são mais baixos que esse preço mínimo, a Caixa paga a diferença aos exportadores; mas se são mais altos ela retém o excesso, para utilização nos anos maus. Na fixação dos preços que vigoram para o interior, fazem o desconto dos valores relativos a transporte e das despesas de gestão, etc. Isso leva as emprêsas a se organizarem melhor, de modo a diminuir ao mínimo seus gastos de administração. Nesse programa se incluí o fechamento das filiais, que não oferecem uma certa margem de lucro. Isso equivale ao recrudescimento da atividade dos intermediários.

Por outro lado, limitada a margem de lucro puramente especulativo, as grandes casas de exportação somente podem aumentar suas rendas anuais, se aumentarem também o volume de negócios. É o que explica o contrassenso de haver uma firma exportadora decidido pagar, em 1957, um preço sensivelmente superior ao fixado pelas Caixa e mais alto do que a maioria das demais podia pagar. É provável que desejasse usar de sua maior fôrça financeira para afastar do mercado as demais. É mesmo possível que tal sistema venha a se mostrar mais eficiente que os anteriores quanto à concentração do comércio. Mas, como há apenas 2 safras que funcionam, chegar-se-á, posteriormente, à melhor formula, seguidos os conselhos da propria experiência.

Mas, conforme mostrou TRICART, êsse fundo de sustento do café e do cacau por enquanto ainda não conseguiu modificar os circuitos comerciais. O preço continua na dependência de vários fatores, como os anteriormente citados e que são mais ou menos constantes e, sobretudo, dos custos de transporte. A distância funciona em favor dos intermediários, inclusive por que podem mais facilmente se associar para fazer crêr ao pequeno produtor que existe tendência à baixa dos preços, de modo a obter maior margem de lucro. O retraimento das casas comerciais em fazer despesas de administração, consequência do sistema que limita seus lucros em 2%, é favorável aos intermediários.

Por outro lado, para que o sistema impedisse aos intermediários maior margem de especular e enganar, foi estabelecido um preço único. Isso trouxe como consequência a manutenção da má qualidade do produto. Por essa causa cogitou-se, em 1958, de estabelecer preços diferenciais, como já existe para o café, de modo a permitir uma melhoria de qualidade do produto exportável.

As feições dêsse comércio de "traite", bem como a persistência do papel dos intermediários em todos os períodos, deve-se de um lado à recente introdução da economia comercial na Costa do Marfim, o que favorece os capitais instalados com uma concentração cada vez mais nitida; de fato, tendo entrado para o circuito comercial muito tarde, não podia haver lugar para empresas de porte muito reduzido: elas não encontrariam grandes possibilidades de subsistência. Mas não é só êsse fato.

As plantações de cacau são muito pequenas e a produção média familiar bastante reduzida, de modo a impedir uma reação de defesa mais eficiente. Por outro lado, a enorme dispersão das "roças" (2) é elemento importante, pois dificulta a coleta da produção. Tais fenômenos devem ser considerados em associação com o fato de que o campo africano continua sendo promíscuo, no sentido de que o agricultor negro realiza ao mesmo tempo uma variedade de culturas. Não há, pois, uma monocultura cacauceira do tipo da que conhecemos no Brasil, o que não deixa de trazer repercussões múltiplas. O cacau sofre a concorrência quer das plantas alimentares, da velha tradição africana, as quais não é raro que permaneçam mesmo depois da maturidade do cacauceiro, quer do café, que disputa com o cacau os terrenos disponíveis é, às vezes, com êle se mistura em roças mistas, muitas das quais tendo origem pelo fato de que os pés de cacau, que envelhecem e se tornam improdutivos, não são substituídos por árvores da mesma espécie, mas por cafeeiros.

## II — OS PROBLEMAS

**A qualidade.** — Assim, o problema da qualidade do cacau, se por um lado está ligado às práticas culturais tradicionais, por outro lado tem a ver com a comercialização, cujos efeitos negativos não são menores.

O mau aparelhamento das propriedades, uma certa desafeição mesmo do africano pelos conselhos dos europeus levam a um preparo sumário do produto, que é entregue ao mercado em condições lamentáveis.

Na área de M'Bahiakro, num território que se estende por 8 000 ha, apenas uma propriedade, com 150 ha, aceitou as normas corretas de secagem.

É verdade que não poucos africanos possuem pequenas barçaças e barris de fermentação, muitos dos quais vendidos a crédito ou presenteados pelo Serviço da Agricultura, mas não os utilizam, pre-

(2) São cerca de 200 000 ha. plantados com cacau, mas dispersos num território de aproximadamente 180 milhões de hectares, isto é, cerca de 900 vezes mais vasto enquanto na Bahia são cerca de 380 000 ha., mas numa área de menos de 38 milhões de hectares, isto é, cerca de apenas 10 vezes maior.

ferindo valer-se de meios rudimentares. Há, também, os que preferem adquirir objetos suntuários ou simplesmente guardar dinheiro em espécie. Mas a verdade é que a maioria não se encontra em condições de introduzir melhoramentos técnicos em sua propriedade. Culpar-se-ia, talvez, o sistema bancário (3), mas, em última análise, é a comercialização que, até bem pouco tempo, absorvia a parte do leão da renda agrícola, que contribue para esse resultado.

Mas não é só indiretamente que a comercialização conduz a essa conseqüência. Ela o faz diretamente, também, por intermédio do sistema de preços. Este, até 1957, sendo um só, não havia qualquer interesse em melhorar o produto. Por que melhorá-lo, se o preço era o mesmo? Por outro lado, as oscilações constantes de preço, durante cada campanha — fato que durou até a instituição das Caixas de Estabilização, em 1956 — traziam sempre como resultado uma preparação má das amêndoas. Se os preços subiam, tratavam de secá-las às pressas, ou vender de qualquer forma antes de secar; se os preços baixavam, guardavam as favas que, não convenientemente preparadas e mal estocadas, chegavam ao mercado mundial em péssimas condições. Y. POUPART chega a dizer que os cultivadores sabem perfeitamente como se deve preparar o cacau e se não o fazem é porque não querem...

Há a ajuntar o mecanismo de reação contra o furto no pêso, em que são useiros e vezeiros os Sírio-libanêses, que servem de intermediários. Como o seu quilo é de 800 gramas ou menos, o africano reage molhando o cacau para compensar...

O citado Y. POUPART reflete uma opinião geralmente aceita, quando diz que o problema da qualidade não é um problema agrícola, mas um problema comercial.

O resultado é que a percentagem do cacau superior produzido e exportado pela Costa do Marfim vinha baixando ano a ano. A princípio (1925) havia um rigoroso controle sobre o mercado de compra. A fiscalização estabelecida nos chamados "pontos de comércio" era um estimulante. Em 1932, 70% do cacau exportado pela Costa do Marfim era do tipo superior. Tal índice se conservou mais ou menos até a campanha 1948-49. Mas em 1951, quando já se faziam os efeitos da extinção dos "pontos de comércio", baixava para cerca de 39% e em 1953 descia ainda mais, para 10,5%.

	SUPERIOR	CORRENTE	LIMITE
1948 .....	71,93	17,17	11,70
1949 .....	69,	20,5%	10,5%
1951 .....	38,9	36,2	24,9
1953 .....	10,5	45,3	44,2

(3) Em 1953, enquanto 10 europeus receberam empréstimos no valor global de 11 500 mil C.F.A., 50 africanos tiveram nos bancos 21.950 mil C.F.A.

O baixo rendimento. — a) *A idade das plantas.* — Outro problema, que diz respeito ao futuro da cacauicultura eburneana, é o da sua produtividade.

A vida média de um cacauero sendo, na Costa do Marfim, de apenas 35 anos, a diminuição do ritmo de novas plantações trouxe como consequência imediata o envelhecimento e a queda de produtividade. No Relatório do Serviço de Agricultura de 1955 (referente ao ano de 1954), a explicação oferecida para a diminuição de produtividade no ano de 1954 (havia sido plantados cacauais novos, mas, mas a produção subiu apenas de 60 000 para 62 000 toneladas) admite como fatores, não apenas eventos climáticos, mas também a idade avançada das plantações existentes, que representavam 65% do total do Divo, 90% em Grand Lahon e 90% em Daloa.

A pirâmide das idades referentes a todo o território eburneano é bem ilustrativa:

0-5 anos .....	30 000 000 pés
5-10 anos .....	40 000 000 pés
10-25 anos .....	130 000 000 pés
25-40 anos .....	90 000 000 pés
40 e mais .....	25 000 pés

Num total de 290 milhões de pés, aproximadamente apenas 24% têm idade inferior a 10 anos, enquanto cerca de 32% têm mais de 25 anos.

Em 1956, examinadas as áreas plantadas com indivíduos de diferentes idades, vemos que para 207 000 ha plantados, apenas 13% o eram com cacaueros menores de 10 anos, enquanto a maior parte da área ocupada pela cultura cacauera o era com árvores velhas. Mais de 31% contavam mais de 25 anos:

Menos de 5 anos .....	17 000 ha
Menos de 5-10 anos .....	10 000 ha
Menos de 10-15 anos .....	25 000 ha
Menos de 15-25 anos .....	90 000 ha
Menos de 25 anos .....	65 000 ha

Nesse ano (1956), calculou-se em 2 000 o número de novas árvores plantadas. Enquanto isso, admite-se que, desde 1946 até 1958, haviam deixado de produzir cerca de 70 milhões de plantas (30MM de 46 até 52/53 e 40 MM de 52/53 até 57/58).

A comparação entre os dados referentes à área e os que se referem à produção, levam-nos à conclusão de que, após um período em que houve grandes extensões da cultura, até 1940 mais ou menos, sobreveiu um desânimo. De uma média de 9 000 ha anuais novos

entre 1930-1940, baixou-se para 5 000 entre 1940-45 e 200 entre 1945-50, havendo uma retomada entre 1950-55, com uma média anual de 3 400 ha.

Como, naturalmente, essa diminuição no ritmo das plantações é a causa do envelhecimento da cultura, não se pode esconder o perigo que isso representa para a cacauticultura na Costa do Marfim.

No 1.º setor agrícola, que representa 20 a 25% da produção cacaueteira total, o problema se apresenta com toda nitidez. Em 1956, ano em que o Serviço de Agricultura levou a efeito um inquérito nessa área, apurou-se o mesmo fenômeno que para o conjunto do território. Enquanto as superfícies ocupadas com cafés só têm tendência a aumentar e espera-se que, até 1960, entre em produção área igual a 1/3 das que atualmente já produzem (93% de aumento da produção) com o cacau deu-se o caso oposto. A diferença de ritmo entre 1929-40 e 1941-52, é como na relação entre 1 e 0,37; prevendo-se que ao desaparecerem as plantações daquela primeira fase, isto é, mais ou menos em 1965, haverá uma queda sensível de produção, a menos que outros fatores intervenham. Admite-se que a perda será de 50%.

Em área como a de Bongouanou, por exemplo, se essa situação catastrófica não se repete, por outro lado os progressos obtidos pelo cacau não são comparáveis aos do café.

A regra, porém, é o envelhecimento e a não renovação das árvores. Na região de Divo, por exemplo, o cantão Watta tem 1740 ha de velhas plantações e apenas 950 ha com menos de 55 anos; o cantão Abohiris tem 1090 ha de velhas plantações e apenas 120 ha com menos de 8 anos.

Nada a temer mais, nas regiões em que a agricultura se faz sem restituição, que o envelhecimento das árvores. Se não há uma renovação das plantações, mesmo a sua extensão não elide o problema, senão aparentemente. Se a produção total pode aparentar estabilidade, os rendimentos são cada vez mais baixos, tornando-se anti-econômicos no caso de uma economia comercial de plantação.

Na Costa do Marfim, se os baixos rendimentos não levam ao abandono da cultura cacaueteira, que serve como um dos elementos de obtenção de dinheiro líquido, favorecem, porém, o café em sua concorrência vitoriosa.

b) *A produtividade média.* — O rendimento médio por hectare é, na Costa do Marfim, calculado em 350 quilos mais ou menos; mas essa média, como tôdas as médias, tem um significado muito relativo. Os diferentes cuidados merecidos pelas plantas, bem como a diversidade de idade das culturas leva à existência de casos extremos. Assim como há plantações adultas bem cuidadas, com média de 80 kg/ha, há outras, como as de certas áreas de Bocanda, na

chamada "Boucle du Cacao", onde em certas plantações cada pé de cacau não produz mais que 20 gramas. Na verdade, a produtividade média varia de região para região, indo desde 500 kg/ha em Bouaké e 480 em Gagnoa a 80 Kg/ha em Tabou (dados relativos ao ano de 1953), passando por valores intermediários em outras zonas.

As condições climáticas têm certa influência nas diferenciações regionais de produtividade, mas, de um modo geral, e como as roças bem cuidadas são a exceção, a produtividade está em relação com a idade das plantações.

No Círculo de Dimbokro, a produtividade baixou de mais ou menos 213 para 200 quilos por hectare entre 1948 e 1957. Eram 32 000 ha e 10 000 ton de produção em 1948 e 40 000 ha e 8 000 ton. em 1957. Mas, na verdade, há variações de rendimento no interior da região, desde os 250 quilos de Toumodi, onde a cultura recentemente se espalha às margens do rio, até os 150 kg. de Bocanda, nos limites da savana. Em Abengourou, uma das zonas mais antigas, a produtividade vem baixando de ano a ano, conforme se pode ver pelo quadro abaixo:

	N.º DE HECTARES	PRODUÇÃO EM TON.
1952 .....	21 000	8 400
1954 .....	22 000	7 500
1957 .....	23 000	4 612

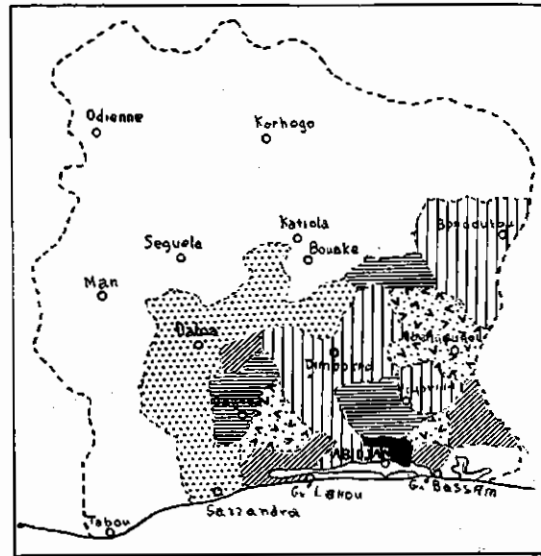
Nesse último caso, ao aumento de área não correspondeu um aumento de produção, o que revela o rápido envelhecimento e a perda de produtividade das plantações existentes.

Na região de Bongouanou, por exemplo, encontrou-se, em 1956, uma média de 301 quilos por hectare; mas dentro dos grupos de idade os índices diferem: 174 para as velhas árvores, plantadas antes de 1930; 296 para as do período 1931-40; 460 para as áreas plantadas entre 1941-48; e, afinal, 225 para as plantações recentes, feitas entre 1940 e 1952.

**A competição com o café.** — A competição entre o café e o cacau é um problema que cada vez mais se afirma, porém em favor do café, seja em área plantada, seja na quantidade produzida.

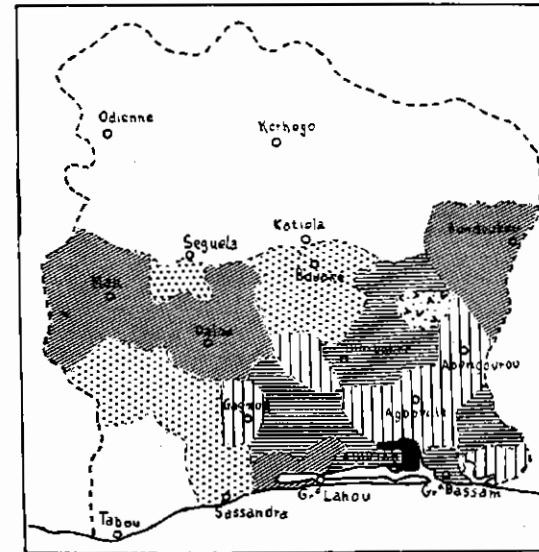
Em 1930, colhia-se 20 400 toneladas de cacau, enquanto a colheita de café era de somente 450 toneladas. Já, em 1943, os números são os seguintes: 19 500 ton. para o cacau e 36 500 para o café. Dir-se-á que terá sido um mau ano para o teobroma, mas essa situação perdura nos anos subsequentes, exceto para a safra 1948-49, excepcionalmente boa. Área plantada: 220 550 ha para o cacau e 542 320 ha para o café.

PRODUÇÃO DE CACAU — 1953  
Kg. por Km<sup>2</sup>



10 < 99 < 299 < 599 < 999 < 2000 <

PRODUÇÃO DE CAFÉ — 1953  
Kg. por Km<sup>2</sup>



10 < 99 < 299 < 599 < 999 < 2000 <

*Produção de cacau e café na Costa do Marfim*

Distribuição da produção de cacau e café; podendo-se notar que a área próxima a Abidjan constitui a de mais alta produção para ambos os produtos. Interessante é destacar que, na região de Bouake, produtora de cacau até 1930, agora existe o café como principal produto (Cf. H. FRECHOU, *Les Plantations Européennes en Côte d'Ivoire*).

O que é verdade para o conjunto do território da Costa do Marfim, é também o que se verifica com mais nitidez examinando o que ocorre em diversos pontos da região produtora. Na sub-divisão de Dimbokro, por exemplo, a produção era de 8 813 toneladas de cacau, em 1940 e 1 100 de café; na safra 1957-58, os números se invertiam: 10 760 ton de café e 8 015 de cacau. A área cacauceira aumentou de 20% entre 1948 e 1957, enquanto a plantada com o café cresceu de 70%, no 4.º setor agrícola.

Na sub-divisão de M'Bahiakro, Bouaké, antes de 1930 não havia nem mesmo 1 hectare plantado com café e cerca de 50 (49,91) com cacau. Eram, aproximadamente, 350 ha de café e 600 de cacau em 1940. Entre 1940 e 1955, a área cacauceira cresceu apenas 3 vezes, enquanto a cafeeira multiplicou-se por 28. Daquele ano em diante, as novas plantações de café passaram a ser em muito maior extensão que as de cacau, de modo que, em 1945, já a superfície cultivada em café ultrapassava a ocupada com o cacau. Em 1956, para uma superfície total de 38 400 ha de café havia 9 600 ha de cacau. Assim, enquanto mais de 3/4 da área plantada com cacau estava em produção, apenas 60% das áreas cafeeiras produzem comercialmente. Isso mostra a importância das novas plantações de café, em área grandemente superior às das novas plantações de cacau, atingindo valores de comparação iguais a 10, como no ano de 1954, nesse distrito.

O mesmo se observou na região de Abengourou, onde a evolução recente do fenômeno nos mostra que, entre 1952 e 1957, para um acréscimo de área cacauceira de 10% (21 000 ha para 23 060, ha), houve um aumento de 50% em relação ao café (de 15 000 ha para 22 500 ha).

Se observamos o que se passa no setor de Divo, que fica na região ocidental, vemos que, após 1952, enquanto as novas culturas cafeeiras somavam 15 320 ha plantados, as de cacau subiam a 4 775 hectares.

No Círculo de Bouaké, por exemplo, durante a safra 1954-55 havia 14 000 ha. de café em produção; mas só no ano de 1953 tinham sido plantados 15 000 ha, e mais 18 000 em 1954. Quanto ao cacau, correspondentemente uma superfície em produção de 4 800 ha, enquanto surgem cada ano 900 ha de novas plantações. A desproporção é evidente.

O que acontece um pequeno cantão, o cantão Abbé, serve para encerrar essa série de exemplos. Até 1930, havia apenas 69 ha plantados com cacau e nenhum com café. O cacau continuou tendo preferência dos lavradores até 1940, embora o café lhe seguisse os passos de muito perto. Mas, no quinquênio 1941/1945, a situação muda bruscamente: as áreas dedicadas ao café são 4 vezes maiores.



No lustro seguinte são cerca de 6 vezes mais extensas; e, entre 1951 e 1955, dez vezes.

De um modo geral, como vimos, a cadência de extensão do cafezal é sempre superior à dos cacauais, em toda a Costa do Marfim. Segundo Y. POUPART, essa cadência, tomando como ponto de referência todo o país, é maior 5 a 6 vezes para o café que para o cacau.

Para esse autor as razões que explicam a preferência dada ao café são: 1 — maior regularidade dos preços mundiais; 2 — possibilidade de estocagem; 3 — produção em 4 anos (3 anos no Kouilou), enquanto o cacau exige 7 no mínimo para colheita comercial; 4 — maior facilidade de plantio. Em 1953, sobre o mercado de Abengourou, a oscilação de preços foi de 79 — 160; em Bondoukou, de 60 a 155; em Dimbokro de 80-165; e em Bouaké de 80-150.

Por outro lado, a possibilidade de absorção pela França de toda a produção marfiniana de café e a proteção alfandegária que cerca a rubiácea africana em relação à dos demais países teve repercussão também nos preços, tornando-os menos sensíveis às vicissitudes do comércio mundial. Desde 1930 que a produção de cacau dos territórios franceses ultramarinos é superior ao consumo metropolitano, o que obriga esse produto a se subordinar à conjuntura mundial de preços. Tudo isso vinha favorecer a cafeicultura. Mas não era só, pois medidas administrativas de proteção ao lavrador pareciam mais destinadas a ajudar cafeicultores que cacauicultores.

O governo instituiu prêmios ao lavradores que plantassem novos pés de café e de cacau. Mas, enquanto para o cacau esse prêmio se dividia em duas partes, pagas uma ao fim do primeiro ano de plantio e outra no 4.º ano, para o café o sistema é diferente — não apenas todo o prêmio era pago de uma só vez, como havia um outro prêmio para os cafeeiros arrancados, em vista do seu envelhecimento ou da superveniência de doença.

Os próprios hábitos culturais da população tiveram influência nessa luta. O cafeeiro permite uma cultura associada com o inhame, como se sabe o alimento principal, básico, em toda a metade leste da Costa do Marfim. Não há dúvida de que esse fato colaborou para atenuar o ritmo de plantação do cacau, em relação ao café.

Por outro lado, os mesmos fundamentos sócio-psicológicos da cultura mista e da promiscuidade no campo agrícola africano prevalecem quanto às culturas industriais. Se não há dependência das variações dos eventos climáticos, aconselhando uma variedade de culturas alimentares, a oscilação dos preços dos produtos comerciais age no mesmo sentido no espírito do africano, que, em busca de segurança, planta ao mesmo tempo café e cacau.

## III — CONCLUSÃO

Sejam os elementos tradicionais do sistema agrícola, sejam os outros elementos revolucionários, acarretam consequências negativas no que refere ao desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura do cacau.

Os primeiros, isto é, as culturas alimentares, exercem uma concorrência, principalmente do ponto de vista do espaço, mas os hábitos fortemente impregnados transferem à cultura cacauera práticas sumárias que, afinal, a enfraquecem.

O café, que é também cultura industrial, exerce uma concorrência de natureza econômica que, naturalmente, também se manifesta em termos de espaço.

As culturas comerciais representam, apenas, um meio de fazer dinheiro líquido, pois os africanos não abandonam as culturas alimentares que faziam antes da recente revolução agrícola.

Novas necessidades, criadas pela sua incorporação ao mundo industrial, através do circuito comercial de que participam, são satisfeitas com a renda das culturas comerciais.

Essa estima pelo dinheiro é recente e está em relação com o gosto, cada vez mais acentuado, pelas comodidades oferecidas pelo mundo industrial. O grau de procura vai diminuindo das cidades para o campo.

Restam, mesmo, muito "villages" onde o dinheiro não tem outro valor que o da sua estimação pelos proprietários, que o guardam como faziam outrora com o ouro. Não o utilizando quase como valor de troca, é ele entesourado, escapando ao circuito financeiro.

Calcula-se que, em 1953, cerca de 5 milhões CFA teriam ido às mãos das 50 000 produtores africanos, o que dá uma média de 100 000 francos africanos por família. Admite-se, porém, que ao menos 40% desse dinheiro líquido fique retido nas aldeias, de modo absolutamente estéril, o que inspirou aos funcionários do Ministério do Plano a idéia de o fazer circular; mas de maneira engenhosa, substituindo-o por Bonus do Tesouro, que teriam igual valor para satisfação das necessidades normais dos "villages", como pagamento de impostos e custeio de bodas e funerais, ocasiões em que o africano normalmente gasta. Os capitais assim reunidos formariam um Fundo de Investimento, destinado a melhorar as condições da própria agricultura.

O desejo de aumentar as disponibilidades financeiras tem levado a um desmatamento cada vez maior, visando à plantação de cafezais e cacauais. Fazem-no, muitas vezes, sem consideração das possibilidades, familiar ou estranha, de mão de obra, para velar pelas novas roças, o que dá como resultado a impossibilidade de cuidar

convenientemente das plantações que se fazem e, conseqüentemente, a constatação de baixos rendimentos. Nesse caso, não se trata propriamente de uma agricultura, mas de uma "cueillette sur champ". Assim, o velho equilíbrio entre os grupos humanos e o meio natural foi rompido. Em lugar da agricultura de subsistência, que gerou um tipo de economia e de sociedade, o mesmo quadro natural está conhecendo uma nova organização do espaço, com a rutura dos antigos vínculos sociais, uma revolução ainda não terminada, mas que, em meio século, modificou a fisionomia do país.

Um primeiro resultado dessa convivência entre as culturas comerciais, o café e o cacau e as culturas tradicionais é a competição entre elas e a inexistência de uma zona cacauera, conforme conhecemos na Bahia.

A ausência de uma monocultura se reflete na ausência, também, de uma mentalidade cacauera típica, como existe entre nós, e de uma consciência do gênero de vida que praticam. Tudo isso tem influencia no retardo da absorção das novas técnicas, cujas sugestões são inevitáveis quando um grupo humano, para subsistir, depende estritamente do gênero de vida.

A dispersão das culturas, ao lado do seu tamanho reduzido, contribuiu para o enfraquecimento, seja do ponto de vista técnico, seja do ponto de vista comercial, pois, neste último caso, dificulta uma comercialização mais racional. Não se pode esconder o papel negativo da comercialização, pois, sujeitos a uma renda mínima, isso estimula os africanos a admitirem como normal o sistema misto, associando cacau, café e culturas alimentares sobre as suas terras.

Dessa luta entre fatores de resistência do meio local e fatores de transformação, cujo fermento é a economia monetária, resulta o equilíbrio instável, que é o atual, criando fórmulas de convivência ainda não definitivas e os problemas disso decorrentes, entre os quais avultam, em relação ao cacau, a má qualidade de produto e a baixa produtividade das plantas.

#### BIBLIOGRAFIA

- J. TRICART — *Le café en Côte d'Ivoire*, Les Cahiers d'Outre Mer, n.º 39.  
H. FRECHOU — *Les Plantations Européennes en Côte d'Ivoire*, Les Cahiers d'Outre Mer, n.º 29.  
JACQUES MIÉGE — *Les cultures vivrières en Afrique Occidentale*, Les Cahiers d'Outre Mer, n.º 25.  
CHAMBRE DE L'AGRICULTURE DE LA CÔTE D'IVOIRE — *Organisation des Marchés en Côte d'Ivoire*.

*Enquête Agricole par Sondage dans le Cercle de Bouaké* — Juillet 1954 —  
Janvier 1955. Territoire de la Côte d'Ivoire, Service de la Statistique  
et de la Mecanographie — C. S. R. S. O. M.

*Enquête Agricole sur le Premier Secteur de la Côte d'Ivoire* — Juin 1956 —  
Janvier 1957. Territoire de la Côte d'Ivoire, Service de l'Agriculture.

*Enquête Nutrition-Niveau de Vie, Sub-division de Bongouanou, 1955-1956*  
(Structure Agricole de l'exploitation Agni).

A. KÖBBEN — *Le Planteur Noir*, Publications I. F. A. N., Côte d'Ivoire, 1956.